

Financiamento Agrônômico

Renato Costa Lima

(Presidente da Sociedade Rural Brasileira)

No esquema cafeeiro em execução a criação da CEAC constituiu, como se tem repetido nos meios rurais, uma das maiores e mais velhas aspirações da cafeicultura.

Faltava-lhe, no entanto, a elaboração do plano de aplicação de seus recursos, cuja execução de fato cabia à Junta Administrativa do I.B.C.

A Comissão de Planejamento, a que tivemos a honra de presidir, propôs a distribuição dos recursos que constituem o chamado Fundo do Café à recu-

A Comissão de Planejamento procurou, seguindo aliás a própria orientação do plano cafeeiro, corrigir essa grande falha do nosso sistema creditício rural. Incorporou, na prática, a destinação de recursos para a formação em bases racionais da lavoura cafeeira.

O fato de não destinarmos recursos diretamente à renovação dos cafezais constituiu alvo de críticas. Eis aqui um capítulo que merece explanação.

Efetivamente, a proposta da nossa Comissão não se refere senão à recuperação e à implantação.

Por implantação devemos entender a plantação de café em áreas virgens, cujo limite não deverá ultrapassar 30.000 pés.

Por restauração, entretanto, não aceitamos o sentido restrito de revitalização de árvores de fraco rendimento mas ainda recuperáveis.

Há no nosso Estado, por exemplo, cerca de 30 a 35 por cento de cafezais em estado deficitário, irrecuperáveis agronomicamente, e esse fenômeno se estende, princi-

peação da lavoura, à implantação de novos cafezais e assistências relacionadas com o trabalhador rural e ao fomento das cooperativas.

À lavoura, entre nós, mesmo à lavoura cafeeira cujas condições de garantia são as maiores possíveis, praticamente se nega o financiamento para formação da cultura. O Banco do Brasil, através de sua Carteira Agrícola, desenvolveu o chamado financiamento de custeio ou entre-safra. Os investimentos propriamente na produção agrícola são pois fruto de poupança privada.

Não poderia de forma alguma a Comissão de Planejamento permanecer afastada do interesse da recuperação dessa zona, e de outras no País, como as do Sul de Minas e no chamado Norte velho do Paraná. Seria um planejamento incompleto — e mais que isso inteiramente falho — deixar de equacionar o problema mais sério da cafeicultura, qual seja o da fixação do café nas áreas que oferecem condições de permanência da produção, bom padrão de qualidade e alto rendimento unitário.

A recuperação, de que trata o plano que acaba de ser traçado pela Comissão de Planejamento da Junta, abrange, por certo, não só a revitalização da árvore como sua substituição, nos casos em que não haja econômica ou agronomicamente vantagem em tentar-se sua revitalização.

Esse, a nosso ver, o sentido exato do novo programa que se destina a imprimir à cafeicultura brasileira orientação técnica agrônômica e conteúdo competitivo seguro em relação às demais áreas mundiais da cultura.

palmente, à Mogiana, que é uma das melhores áreas de cultura do mundo para o café.



Sr. Renato Costa Lima

Consciência Conservacionista

José A. Vieira (Diretor do SIA)

O recente encontro de Técnicos do Ministério da Agricultura em Sete Lagoas deu muita atenção ao problema da conservação dos solos. Ninguém melhor do que os agrônomos para sentir a terrível ameaça que pesa sobre a nossa economia rural, em função das práticas predatórias secularmente seguidas na agricultura brasileira. O egoísmo e a cegueira das gerações, que se vem sucedendo na exploração agrária, criaram o quadro atual de vastas áreas praticamente arrasadas e de outras tantas em vias de igual destino. Assim agindo, estamos fugindo, criminosamente, ao dever primeiro de conservar e melhorar o seu rendimento atual, bem como legar o Brasil intacto

aos nossos pósteros. Isso porque se não cortamos a extensão territorial, reduzimos, perigosamente, a sua fecundidade, criando, em consequência, problemas de solução difícil senão impossível no futuro.

E evidente que temos de reagir energicamente contra semelhante estado de coisas. E reagir sem demora. O Ministro Mário Meneghetti encontrou uma fórmula feliz para o caso ao dizer que temos de formar uma consciência conservacionista. Chegou, com efeito, a hora de subordinarmos a ação do fomento aos princípios de proteção de solo. Temos de aproveitar o exemplo de outros países, cuja riqueza se fundamenta aos princípios de proteção do so-

lidade do solo agrícola. A mentalidade predatória, que parece ser uma herança da colonização, há de ser eliminada para dar lugar a uma outra mais moderna e racional, que cuida da terra como de um tesouro de valor crescente e inestimável.

Não obstante a conhecida deficiência dos meios à disposição do Ministério da Agricultura, é possível esperar dos técnicos federais, auxiliados pelos estaduais, um esforço meritório para a formação dessa consciência de preservação do solo. A anunciada criação de áreas de demonstração conservacionista e de recuperação, tendentes a fixar as normas para o uso racional do solo, poderá revestir-se de marcante alcance prático. Por isso mesmo, é de se exigir a sua pronta entrada em serviço. Já perdemos muito tempo nesta matéria, para retardarmos, ainda mais, providências indispensáveis ao futuro do Brasil.